



IGARAPÉ
INSTITUTE



Instituto **Sou da Paz**

A paz na prática

São Paulo, 17 de setembro de 2014

Excelentíssimo Senhor Ministro-chefe Aloizio Mercadante
Casa Civil da Presidência da República

Excelentíssimo Senhor Ministro
José Eduardo Cardozo
Ministério da Justiça

Excelentíssimo Senhor Ministro Celso Amorim
Ministério da Defesa

Excelentíssimo Senhor Ministro
Gilberto Carvalho
Secretaria-Geral da Presidência da República

Excelentíssimo Senhor Ministro Luiz Alberto
Figueiredo Machado
Ministério das Relações Exteriores

Ref. – Solicitação ao governo brasileiro de célere encaminhamento do texto do Tratado sobre Comércio de Armas (ATT) ao Congresso Nacional

Excelentíssimos Ministros,

Saudamos, em junho de 2013, o compromisso do Brasil com o Tratado sobre o Comércio de Armas (ATT, na sigla em inglês), quando o país assinou o acordo no primeiro dia disponível.

Conforme expresso em carta enviada em maio de 2014 pelas mesmas entidades que subscrevem esta, preocupa-nos a lentidão do processo de tramitação. O Tratado já tramitou por 9 meses no Itamaraty, 4 meses nos Ministérios da Justiça e Defesa e, no momento, já está sob análise da Casa Civil há 2 meses.

O Tratado já conta com 45 ratificações e, muito possivelmente, atingirá as 50 ratificações necessárias para que entre em vigor durante a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, a ser realizada no final de setembro. Alguns de nossos vizinhos, como Argentina e Uruguai, já se comprometeram a depositar suas ratificações por ocasião da Assembleia Geral. Além disso, o México, outro importante parceiro na região, também tomou a dianteira em relação ao tema tendo, não apenas ratificado o Tratado, como demonstrado importante liderança internacional comprovada pela condução do processo de organização da primeira Conferência entre os Estados Partes do Tratado.

Diante desse cenário, reiteramos a necessidade de o Executivo federal brasileiro dar célere tratamento ao Tratado sobre Comércio de Armas, sob pena de perdermos a oportunidade de, ao menos, participar da mobilização global para que o comércio e a transferência de armas e munições sejam realizadas em respeito aos direitos humanos. Confiantes na compreensão dos efeitos benéficos da ratificação do ATT, instamos ao governo brasileiro que adote medidas para que o Tratado seja encaminhado o mais rapidamente possível ao Congresso Nacional.

Colocamo-nos à disposição para colaborar nesse processo e nos despedimos reforçando nossos votos da mais alta estima e consideração.

Atenciosamente,

Maurício Santoro
Assessor de Direitos
Humanos
Anistia Internacional

Camila Asano
Coordenadora de Política
Externa
Conectas Direitos Humanos

Robert Muggah
Diretor de Pesquisa
Instituto Igarapé

Ivan Marques
Diretor
Instituto Sou da Paz